

PASTORAL UNIVERSITÁRIA E VIDA DE FÉ

Johan Konings

Constatação inicial

Nestes últimos vinte anos, cá entre nós, falou-se muito sobre a Igreja, pouco sobre Cristo e quase nada sobre Deus. Além desta constatação em si, talvez vos surpreenda o destaque dado a Deus, ao lado de Jesus... Falo assim, não só para respeitar os primeiros dogmas da Igreja, que nos ensinam a distinguir Deus e Jesus, mas, sobretudo, porque Jesus é relevante para nós por causa da fé e do amor que ele dedica a Deus percebido como Pai. Se Deus foi importante para Jesus, também deverá sê-lo para nós.

Trata-se da experiência de Deus vivida por um povo eleito e centrada na pessoa de "Jesus, o judeu". A Igreja como instituição fica num segundo plano, como instrumento a serviço da comunidade eclesial que pretende continuar, ecoar e atualizar a experiência única e inigualável do homem de Nazaré.

A inflação do discurso eclesiológico-pastoral entre nós, por certo, tem a ver com as novas iniciativas da pastoral, mas também com a velha mania de ver a Igreja como um poder, geralmente em competição com o poder do Estado. Foi assim no tempo das Coroas de Espanha e de Portugal, foi assim no tempo dos Libertadores, quando a Maçonaria denominou esse poder de "infame". Depois, no Brasil ao menos, a Maçonaria se fantasiou de Positivismo, ideologia oficial brasileira, penetrando o Exército e as Universidades, ora combatendo, ora procurando aliança com o "poder" que a seus olhos a Igreja representa. Afirmou-se a mesma visão quando, no tempo da ditadura militar, os setores não-conformados (esquerda socialista e burguesia libertária) procuraram solidariedade com a "Igreja progressista" — as comuni-

dades de base etc. — contra o inimigo comum. Todavia, uma vez restabelecida a democracia, deixaram a Igreja de lado, exceto como ambiente de articulação partidária e sindical.

Esboço uma breve memória histórica, para situar nesse processo a Pastoral Universitária. Já no séc. XIX, iniciou-se na Europa a Ação Católica (AC), como reação da Igreja, no nível político-social, contra a esquerda anticlerical ou atéia, tanto liberal como socialista. Era uma ação do laicado, mas numa perspectiva de “cristandade”, com “mandato” da Hierarquia, às vezes até num estilo regalista ou falanguista (“Cristo Rei”). No fim dos anos 20, inicialmente com Joseph Cardijn e a JOC no setor operário, e, depois, em outros setores, começou a AC especializada: o operário evangelizando o operário, etc. A AC especializada, naturalmente, se imbuía muito dos interesses de seus respectivos ambientes, e não é de estranhar encontrá-la na esquerda socializante por volta dos anos 60, no Brasil como em outros países. Foi o caso da JEC e da JUC.

O Concílio Vaticano II, em parte nascido desta nova visão, e sua “tradução” para a América Latina (Medellin 1968), consolidam o compromisso da AC especializada com a transformação da sociedade até nas raízes, i. é, nas estruturas sócio-econômicas. A priorização do sócio-econômico como “estrutura” — e a implícita redução do cultural/espiritual a “superestrutura” — trai a influência do marxismo, abertamente adotado por número de militantes.

Será que com esta evolução a Igreja, pelo menos a progressista, saiu da dialética Estado-Cristandade? As aparências podem enganar. Em 1979, um professor de Campinas, Roberto Romano, tendo convivido com a esquerda engajada, defendeu na Sorbone a tese de que a Igreja progressista mudou de campo para assegurar seu poder sobre as massas... Certo é que, durante a ditadura, os setores progressistas escolheram a Igreja (progressista) como aliada, por causa de sua força mobilizadora, que é de fato seu poder sobre as massas. Por isso é que tanto se falou sobre a Igreja e tão pouco sobre Deus...

Essa redução da Igreja e de seu empenho a uma grandeza sociológica desconhece sua vocação específica. As forças de transformação social devem ser os movimentos político-sociais, e não a Igreja.

Alguém responderá que, se a Igreja de fato tem poder, este deve estar a serviço dos oprimidos, e que isto é encarnação do Evangelho. Tal conclusão é precipitada. Primeiro deve-se refletir sobre o que a Igreja, especificamente, é: uma referência a Deus.

O grande problema dos universitários não é Deus; é a Igreja. E não se sai deste problema multiplicando a conversa sobre a Igreja. É preciso recomçar a falar de Deus.

Ser cristão

Na Igreja reúnem-se os que descobriram o rosto de Deus em Jesus de Nazaré. Ora, não há como negar que Jesus identificou este rosto de Deus nele com o rosto dos pobres e oprimidos (Mt 25,31-46). Mas para apreender o sentido desta identificação, devemos-nos inteirar da experiência única de Jesus, isto é, tornarmo-nos seus discípulos. É para esta descoberta e este discipulado que servem a Igreja e seu "poder". Importa primeiro descobrir o rosto de Deus em Jesus, e então, no espírito de Jesus, se chegará aos pobres.

Ora, na base dessa aprendizagem está a experiência de Deus. O "mistério" de Jesus, do qual somos chamados a participar — pois um mistério não se esgota numa compreensão intelectual, mas dele se participa —, é sua experiência única de Deus, que ele resumiu em uma só palavra: "Aba, Pai". Ser discípulo é conhecer Jesus e seu Pai.

A referência última

O termo Deus é uma cifra que significa a última referência de sentido na minha vida. A experiência cristã de Deus situa esta referência em Jesus. Por isso, chama-o de Deus. Minha existência não terá sentido último, a não ser aquele que se coaduna com Jesus de Nazaré. Aí está a responsabilidade da Igreja de assegurar o acesso a Jesus de Nazaré.

O homem moderno, urbano, facilmente se subtrai à pergunta do sentido último. Entre os muros de sua cidade é como Adão entre as folhagens, depois que tentou apropriar-se do conhecimento do que seja bom ou mau (Gn 3,7-10). "Adão, onde estás?" (Gn 3,9). A referência-Deus, para o homem entrincheirado, se inicia por iniciativa de Deus, por um chamado dele, por uma revelação, tirando "Adão" (i, é, o ser humano) de sua auto-suficiência. Podemos dizer que a Bíblia situa esta "pro-vocação" de Deus no início, porque a Bíblia toda é narrativa da recalcitrante resposta de Adão: "A culpa é da mulher" (Gn 3,12), "A culpa é da serpente" (Gn 3,13). Resposta que se tornará plena união com a vontade de Deus em Jesus de Nazaré. Mas ainda depois de Cristo há quem continue a recalcitrar: "Saulo...é duro para ti recalcitrares..." (At 26,14).

Vivemos atualmente a ingovernabilidade do planeta. E ainda ressoa: "Adão, onde estás?". — Adão, queres prestar ouvido à voz de quem é teu "autor", teu promotor, teu Criador? Ou queres fugir dela por causa de uma maçã? Não será a tentativa da modernidade de excluir o Criador da criação, conferindo a esta uma insustentável autonomia ("a insustentável leveza do ser"), uma fuga diante da voz

dirigida a “Adão”. Adão não gosta de reconhecer que há um Autor, dono do juízo do que seja bom ou mau, uma Autoridade... Mas só este reconhecimento pode dar-nos uma referência fora do sistema que nós mesmos inventamos.

Deus

A pergunta por Deus não é uma pergunta científica. Do ponto de vista objetivo, analítico, o que existe, ou pensamos existir, pode ser percebido tanto como cosmo (ordem) quanto como caos, como resultado de forças cegas ou como obra de um “jardineiro invisível”...

E mesmo se admitimos um “autor”, logo se separam os caminhos desta “crença”. Por um lado, o *teísmo*, que concebe Deus como um ser “sobrenatural”, sediado fora do mundo empírico, mas intervindo nele para conservá-lo no seu rumo e para desfazer os desrumos da humanidade. Deus, ou deuses, capazes inclusive de interromper a ordem de mundo, que eles mesmos criaram, para realizar nele milagres ou pragas... Por outro lado, o *deísmo*, que concebe Deus como arquiteto do universo (a Maçonaria), ou como primeiro “motor” do mesmo (Aristóteles), em seguida aposentado, deixando o mundo entregue à sua ordem natural indefinidamente estabelecida.

Nenhum dos dois conceitos merece discussão “científica”.

Mas quando se trata de uma “narração fundante”, exprimindo um sentido para nosso existir, a coisa é diferente. Então há uma diferença entre um Deus aposentado — o do deísmo — e um Deus solícito, preocupado com Adão e, por isso, provocando-o.

A Bíblia vê este Deus como único: primeiro, como o mais valente entre todos os deuses e, mais tarde, como o único Deus que existe. A passagem do primeiro conceito (o henoteísmo) ao segundo (o mono-teísmo estrito) se concluiu na experiência do exílio babilônico do povo de Israel (586-538 a.C.): os profetas do exílio ensinaram ao povo que os deuses babilônios, aparentemente vencedores, não apenas são inferiores, mas, na realidade, “não são”: inexistem (Is 44,9-20). Não há outro Deus senão Adonai (YHWH), aquele que “te chama pelo nome”, aquele que “cria do nada” (Is 45,3.6.11-13.21 etc.).

Ora, este Deus, narrado pela Bíblia, herdado do judaísmo, nós o “instalamos” no horizonte de nossa experiência como referência absoluta de sentido. Isto é um ato de fé. Mas um ato que tem suas razões. Nós somos herdeiros de uma tradição que vem de alguém que conheceu este Deus numa maneira única. Escolhemos este Deus porque aprendemos a vê-lo com os olhos de Jesus de Nazaré.

E que foi que Jesus viu neste Deus?

Jesus viu, neste Deus, o Deus que escolhe o pobre, o oprimido, para mostrar sua justiça para com todos. Pois uma justiça que não atinge quem mais necessita dela não é justiça. Uma justiça que só funciona a favor dos que têm poder, não é justiça. Por isso, Deus só pode ser referência fidedigna se ele opta pelos que sempre ficam por últimos, um Deus que torna os últimos primeiros.

Tal visão não foi inventado por Jesus, ainda que ele a tenha vivido de maneira única. Foi assim que os profetas viram o Deus de Israel: como um Deus que escolheu e apartou por amor gratuito um povo que não vale nada — “hebreu” significa marginal —, para protegê-lo e para que esse povo testemunhe ao mundo o Deus que ama e que age (Dt 7,7-11).

É um Deus livre, que não depende de nenhum poder do mundo. Não é o Deus caseiro do rei da Babilônia, nem o do faraó egípcio. Por isso, ele é libertador. É anti-poder. Por isso, escolhe os que não valem nada. E estes por sua vez optam por ele, numa mútua aliança de amor e fidelidade, ainda que assimétrica, isto é, regida pela obediência à palavra e ao mandamento que vêm dele.

Foi esta aliança de amor e fidelidade (Ex 34,6) que em Jesus teve sua mais radical “encarnação”, realização em carne humana. Por isso, o Prólogo de Jo (1,14) diz que a Palavra de Deus (= Deus dando-se a conhecer em Jesus) se tornou carne e que contemplamos sua glória, “plena de graça/amor e de verdade/fidelidade”. Jesus é a encarnação do amor-aliança de Deus, especialmente por sua fidelidade até o fim (Jo 13,1), até a morte. Assim é Deus.

Ser cristão significa optar por esta “figura” como referência absoluta do sentido da vida. E para se confirmar neste escolha e traduzi-la na prática cotidiana, os cristãos se unem na comunidade chamada Igreja.

Na Igreja

A partir desta opção, faz sentido falar da Igreja. Não como poder eventualmente posto a serviço de uma transformação sociopolítica, mas como comunidade dos que optam por ver na vida vivida por Jesus a referência de sentido último da própria vida.

Ninguém pode dar o que não recebeu. Vivemos daquilo que a Igreja nos transmite. Não convém cortar o galho no qual se está sentado. A solidariedade eclesial é indispensável para viver e transmitir a visão profética e a fé de Jesus de Nazaré. Idealmente, cada cristão

deveria viver sua fé dentro de uma pequena comunidade de “relações diretas”, onde ele possa “dizer” a sua vida e sua fé, “sem medo de ser feliz”! Uma comunidade realmente fraterna. Isto é direito do cristão. Para isto é que ele é batizado e entra na Igreja! Não estará aí a tarefa principal de uma “pastoral universitária”? E como cada comunidade, a identidade vivida na Igreja precisa de instituições que estejam *a seu serviço*, inclusive, a Hierarquia e o Direito Canônico...

No mundo

Mas não é destes que pretendo falar. Quero acentuar a questão da identidade. Vivemos num tempo de pluralismo. Ora, não existe verdadeiro pluralismo sem identidade. Pluralismo sem identidade é confusão. Identidade não significa fanatismo, não significa botar no inferno os que são diferentes. Identidade é assumir o que se é. Identidade cristã é assumir o homem Jesus e sua prática de vida como referência última (= a “divindade” de Cristo) e viver conforme isso, assumindo também as exigências que a comunidade implica, já que não é possível praticar a fraternidade cristã sozinho... Isso não quer dizer cega submissão a dogmas e leis. A prática de Jesus nos mostra exatamente que a fé como fidelidade não passa por aí. Comprova-se no amor até o fim. Esta é a verdadeira identidade cristã.

A partir daí podemos entender melhor a opção pelos pobres. Não é uma opção estratégica, nem para dar força à revolução socialista, nem para afirmar a Igreja no meio dos míseros que ainda não foram contaminados pelo emancipacionismo da modernidade... É simplesmente a participação solidária com Cristo, que encarnou até o extremo a lógica de um Deus que começa pelos impotentes para assegurar a justiça para todos, e esta justiça é a encarnação de seu amor.

Entendemos assim também que esta opção de Jesus deu ensejo a diversas elaborações. Lc 6,20 diz que Jesus proclamou felizes os pobres, pois com a vinda do Reino de Deus essa justiça — praticada, por exemplo, na comunidade dos primeiros cristãos (At 2,42-44; 4,32-35) — alcança-os. Mas Mateus, numa interpretação que me parece mais original, mais semítica e menos ocidental que a de Lc, proclama felizes os “pobres no espírito” (Mt 5,3), literalmente, no aramaico, “os curvados (*aniyim*) quanto ao espírito (*ruah*)”, os que em solidariedade com os injustiçados se dobram diante de Deus como único senhor, mas diante de nenhum outro! Não são “curtos de espírito”, mentes truncadas, mas pobres confiantes em Deus, a ponto de enfrentarem a injustiça institucionalizada, como fizeram os primeiros “pobres de Deus” antes deles, no judaísmo.

Não é por razões estratégicas, mas em nome de nossa identidade cristã — nossa identificação visceral com Jesus — que optamos pelos

pobres e nos tornamos solidários com eles. E os nossos “talentos” então? Quero aqui dizer algo sobre o investimento de nossa competência. Não recebemos esmerada educação e chances de estudar — coisas tão excepcionais em nossa América Latina — para as jogar fora. Nossa opção pelos pobres será uma opção qualificada, opção de intelectuais e profissionais, não de analfabetos. Não podemos fugir da dura competição que a ideologia dominante, o neoliberalismo, nos impõe, se quisermos prestar — no mundo, mas não “ao mundo” — um serviço competente na linha da prioridade de Deus, isto é, dos pobres e injustiçados. Mas tal investimento competente não se identifica com “o sucesso”... Pergunta aos advogados das causas populares, por exemplo. Certamente ganham menos que os advogados dos corruptos, que inclusive são admirados pela sociedade neoliberal... Mas sem dúvida realizam um investimento qualificado e eficaz.

Precisamos de competência, mesmo se esta implica em poder. Pois o poder não é sujo ou pecaminoso. É um instrumento indispensável para “poder” fazer algo. Está na hora de perder o pudor do poder, se pelo menos ele não serve para o nosso egoísmo, e sim, para os “preferidos de Deus”.

Na Universidade

Finalmente, sois universitários. Retomando a idéia de Joseph Cardijn — o operário evangelizando o operário —, digo: o universitário evangelizando o universitário. O testemunho começa na própria casa.

Aqui está algo novo, pelo menos em relação à pastoral universitária que conheci. Em primeiro lugar, falo de evangelização, e não de pastoral. Pastoral supõe um pastor e um rebanho. É para os já arrebanhados. Contudo, o que falta agora, aos universitários, é o anúncio da vida, morte e ressurreição de Jesus e do Reino que sua prática inaugurou: o Evangelho! O mundo universitário — como, aliás, grande parte de nossa sociedade — não conhece o Jesus no qual e com o qual nós acreditamos. Não vivemos num mundo cristão, ainda que ele tenha estruturas de cristandade. A cristandade não é cristã. É constantiniana. Aliás, não existe mundo cristão. Porque o mundo como mundo não crê. Quem crê são as pessoas.

Nossos colegas na universidade são na sua maioria pagãos. Pagãos batizados, sim, mas pagãos. Até bons pagãos, talvez, como os bons centuriões mencionados nos evangelhos (Mc 15,39; Mt 8,5-12). Ou como a mulher cananéia (Mc 7,24-30). Não é por virem de “família cristã” que devamos presumi-los cristãos. Pois, quando lhe foi mostrado o Jesus que possa ser a referência última de sentido da sua vida? Quan-

do tiveram oportunidade de dizer “sim” a este Jesus? Nunca. Então, são pagãos. Então, nossa primeira tarefa é mostrar-lhes este Jesus e, antes disso, veri-ficar (= tornar verdadeira) a nossa própria fé pela meditação/oração e pela prática (caridade/justiça).

Nos anos 80 temos “cometido pastoral” com esses bons, ótimos pagãos, sem os levar a contemplar o rosto de Jesus — a não ser nos pobres, mas não nele mesmo. Também não os ajudamos a ouvir seu apelo pessoal a cada um. Foi um erro histórico.

Daí minha segunda consideração sobre a “pastoral” universitária. No Brasil e, suponho, em outros países também, o termo “pastoral” conheceu um uso inflacionário e devaluativo. Chegou a significar não o pastoreio dos cristifiéis, mas o compromisso social dos mesmos, inclusive em âmbitos pluralistas. Claro que estou de acordo com tal engajamento, mas não quero que se chame pastoral. Conhecemos “pastoral da terra” com (mui respeitáveis) ateus etc., e num segundo momento todo esse empenho foi identificado com a “Igreja progressista”. A pastoral universitária transformou-se em militância partidária, esquecendo que a imagem da militância nas suas origens neotestamentárias e patrísticas significava exatamente o empenho pela identidade da fé...

Espero que estajamos finalmente abrindo os olhos. Pastoral conduz cristãos, ainda que os conduza “no mundo”. Pastoral é intraeclesial. Está na hora de a Igreja pastorear seus intelectuais e, antes disso, *anunciar* o evangelho aos novos profissionais e intelectuais, numa linguagem que seja adequada a eles, o que exige competência e cultura...

Evangelização da cultura

Por fim, a evangelização da cultura. Cultura não é, no meu entender, um apanágio de determinadas classes ou mesmo civilizações. Li, na camiseta de um jovem agricultor: “Agricultura também é cultura”. É assim que eu entendo cultura: apropriação pelo sujeito das condições objetivas da vida. Por isso, o índio que sabe caçar sem exterminar a fauna tem mais cultura que o professor universitário que deixa degradar-se o ensino. Por isso, a cultura européia não é superior à africana. Nem basta ser europeu para ter cultura européia, ou cultura sem mais...

Confunde-se muitas vezes cultura com erudição. Erudição é o “muito saber” que pode deixar alguém louco, como aqueles bacharéis que sabem de cor o Código de Direito mas são incapazes de formular uma sentença justa ou conduzir uma defesa digna. Cultura é saber-se em casa no seu mundo: Podemos também dizer que cultura é saber

transformar a realidade para o bem do homem, respeitando a criação, como faz um agricultor sensato.

Evangelização da cultura é, a meu ver, evangelizar os sujeitos da cultura, com especial atenção para essa dimensão transformadora que a cultura inclui. Neste sentido, a evangelização da cultura não é unicamente o problema da inculturação da fé nas populações ameríndias e afrobrasileiros, mas também o da evangelização do mundo universitário. Esta deve acontecer em moldes dignos de universitários, pessoas transformadoras e críticas. Uma evangelização universitária não se pode contentar com um fundamentalismo sentimental, como vemos pulular nas nossas universidades, tanto do lado protestante como do católico.

Conclusão

Espero que tenhamos a coragem de repensar profundamente o empenho de levar a Boa Nova aos universitários, profissionais e intelectuais, e, antes disso, de acatar lucidamente o sentido de vida que a vida e “morte-ressurreição” de Jesus nos propõem, vivendo-o solidariamente em comunidade de irmãos.

(Seminário do MIEC-JECI Cone Sul Porto Alegre 27.07.1993)

Johan Konings S.J., é belga de nascimento, é licenciado em Filologia Bíblica, e doutor em Teologia, pela Universidade de Lovaina (Bélgica). Sua tese doutoral versou sobre a crítica literária da narrativa do evangelho de João. Desde 1972 encontra-se no Brasil, e já lecionou na PUC de Porto Alegre e do Rio de Janeiro. Atualmente é professor de Exegese do NT na Faculdade de Teologia do CES (Belo Horizonte - MG).

Endereço: Caixa Postal 5047 — 31611-970 Belo Horizonte - MG